



**FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
FLÁVIA FERREIRA DA SILVA  
THALES HENRIQUE DA SILVEIRA GOMES**

**A GOVERNANÇA CORPORATIVA SOB A PERSPECTIVA  
CONTÁBIL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**Caratinga-MG  
2015**

**FLÁVIA FERREIRA DA SILVA  
THALES HENRIQUE DA SILVEIRA GOMES**

**A GOVERNANÇA CORPORATIVA SOB A PERSPECTIVA  
CONTÁBIL EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis apresentado à Faculdades Integradas de Caratinga, como parte das exigências da disciplina de TCC, sob a orientação da Professora Msc. Silvia Helena Carvalho Martins e co-orientação de Msc. Edna Mendes Hespagnol Costa.

**Caratinga-MG  
2015**

## RESUMO

O presente trabalho se caracteriza de natureza bibliográfica e qualitativa, no qual identificamos e descrevemos as principais definições da Governança Corporativa na literatura nacional e internacional, quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva. Citamos e descrevemos seus princípios básicos que são Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa, mencionamos também a estrutura de poder existente na Governança Corporativa, que são Propriedade, Diretoria Executiva, Auditoria independente e o Conselho Fiscal. O estudo ainda tratou dos mecanismos da Governança Corporativa e importância da Contabilidade e a Evidenciação na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga LTDA Sicoob Credcooper, no qual foi realizada pesquisa documental e entrevistas estruturadas como base para o mesmo.

**Palavras-chave:** CONTABILIDADE; GOVERNANÇA CORPORATIVA. COOPERATIVA DE CRÉDITO.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor e condutor de minha vida. À minha mãe, que com a suave carícia de sua voz, ensinou-me o caminho a trilhar. A meu pai, por acreditar em mim, o momento que vivo é fascinante e só existe porque vocês se doaram e aceitaram viver comigo o meu sonho, eu amo vocês!

Flávia Silva

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, Senhor soberano da minha vida. Aos meus pais Altair e Lourdes, que sempre estiveram me apoiando e oferecendo a oportunidade de estar buscando cada vez mais conhecimento por meio dos estudos e também que a mim nortearam o caminho para o sucesso

Thales Gomes

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me guiado nesta jornada e em todas as outras.

A meus pais Paulo e Conceição por sempre me apoiarem.

Aos meus irmãos, pois com carinho estiveram ao meu lado.

A todos os familiares (em especial vovó Maria) e amigos que me incentivaram e fizeram essa caminhada mais leve. A minha sobrinha Emily, que com seu sorriso alegre ainda mais meus dias.

A equipe SICOOB CREDCOOPER, por permitir e cooperar com este estudo e principalmente por ser minha maior fonte de conhecimento profissional, uma vez que, com muito orgulho e gratidão pertenço ao quadro de colaboradores.

A meu amigo Thales Henrique, que dividiu comigo dificuldades e alegrias para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, obrigada pelas alegrias compartilhadas, vocês são “Ativos Imobilizados” no meu coração.

Aos professores que sempre empenharam para aumentar o saldo positivo da conta Conhecimento acadêmico, em especial Professoras Ms.Silvia Helena e Edna Hespanhol por todo apoio prestado pra concretização deste trabalho.

Flávia Silva

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus por ser o responsável pela minha vida.

Aos meus familiares que foram sustento impar nesta caminhada.

Aos professores que desde os primeiros anos de educação sempre me acompanharam até o ensino superior que hoje aqui estou.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga – Sicoob Credcooper, juntamente com sua Diretoria Executiva, que além estar inserido em seu quadro funcional, abriu suas portas para podermos estar fazendo o estudo de caso da mesma.

Enfim a todos que se empenharam direto ou indiretamente para que aqui estivéssemos.

Thales Gomes

"Aqueles que semeiam com lágrimas, com cantos de alegria colherão. Aquele que sai chorando enquanto lança a semente voltará com cantos de alegria, trazendo os seus feixes".

(Salmo 126.5-6)

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 2.1:</b> Estrutura da governança corporativa.....	18
<b>Figura 2.2:</b> Estrutura de suporte da alta administração.....	19
<b>Figura 4.2:</b> Organograma da Cooperativa.....	35

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 2.1:</b> O papel da Contabilidade para a governança corporativa.....	22
<b>Quadro 3.1:</b> As Principais diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco.....	28
<b>Quadro 4.1:</b> Estrutura Organizacional e mapeamento hierárquico.....	34

## **LISTA DE SIGLAS**

CCLA - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão.

COCECRER - Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda

CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

FIC - Faculdades Integradas de Caratinga.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

LTDA - Limitada.

SICOOB – Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil

# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	07
LISTA DE QUADROS.....	08
LISTA DE SIGLAS.....	09
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Visões e definições da governança corporativa.....	14
2.2 Princípios básicos da governança corporativa.....	16
2.2.1 Transparência.....	16
2.2.2 Equidade.....	16
2.2.3 Prestação de contas (accountability).....	17
2.2.4 Responsabilidade corporativa.....	17
2.3 Estrutura da governança corporativa.....	17
2.4 Objetivos e importância da contabilidade e evidenciação na governança corporativa.....	20
3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	23
3.1 Origem do Cooperativismo de crédito.....	24
3.2 O surgimento do cooperativismo de crédito no Brasil.....	26
3.3 As Principais diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco.....	27
3.4 Governança corporativa em cooperativa de crédito.....	29
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4.1 Metodologia.....	31
4.2 Histórico e evolução da CCLA da Região de Caratinga LTDA.....	32

<b>4.3 Campo de atuação da CCLA da Região de Caratinga – Sicoob Credcooper.....</b>	<b>33</b>
<b>4.4 Estrutura Organizacional e mapeamento hierárquico.....</b>	<b>34</b>
<b>4.4.1 Organograma da Cooperativa.....</b>	<b>35</b>
<b>4.5 Instrumentos contábeis utilizados no processo gerencial.....</b>	<b>36</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAL TEORICO.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>42</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Inseridas no meio econômico financeiro do país desde 1902, as cooperativas de crédito se apresentam com singular importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolvem.

A presente monografia, sob o tema “A governança corporativa sob a perspectiva contábil em uma cooperativa de crédito”, procurou mostrar como a Governança Corporativa, com o auxílio da contabilidade pode orientar no processo gerencial de uma cooperativa de crédito. Sendo assim realizou-se uma pesquisa sobre a questão problema, que fica resumida da seguinte maneira: “As informações contábeis são relevantes para a Governança Corporativa de uma cooperativa de crédito”?

O objetivo geral deste trabalho consistiu em Identificar a utilização das Informações Contábeis para o bom desempenho da Governança Corporativa da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga, para atingir o objetivo estabelecido, teve como objetivos específicos: evidenciar os conceitos de governança corporativa; evidenciar os objetivos e importância da contabilidade na governança corporativa; demonstrar a aplicabilidade da Governança Corporativa na Corporativa da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga LTDA.

Como marco teórico da monografia em epígrafe, tem-se as ideias sustentadas pelo IBGC, que defende a Governança Corporativa como:

O sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.<sup>1</sup>

A Governança Corporativa, por ser um modelo de gestão que está sendo bastante utilizado, principalmente nas cooperativas de crédito, faz com que ela se torne objeto de estudo em diversas áreas, tais como finanças, economia, contabilidade, direito e administração.

---

<sup>1</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

Na metodologia adotada para realização deste trabalho, utilizou-se de técnicas e métodos científicos na obtenção de resultados relevantes ao assunto abordado. Assim, essa pesquisa quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva. A trajetória metodológica desenvolveu-se em três fases distintas. A primeira consistiu em uma fundamentação teórica. A segunda, em um estudo de caso com entrevista semiestruturada voltada para o setor contábil da empresa estudada. A terceira e última fase apresenta-se como análise dos resultados

Esta pesquisa limita-se a um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito da Cidade de Caratinga, entretanto, poderão ser realizadas adaptações para outras organizações, até mesmo em outras áreas de atividade que não cooperativas de crédito.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estrutura-se nesse capítulo a base teórica necessária para a análise desse estudo, que traz as visões e definições da governança corporativa, os princípios básicos da governança corporativa, os pilares das boas práticas da governança corporativa, os mecanismos da governança corporativa, logo em seguida será identificado os objetivos e importância da contabilidade e evidenciação na governança corporativa.

### 2.1 Visões e definições da governança corporativa

Com o considerável crescimento das sociedades capitalistas, aumentaram proporcionalmente os conflitos de ideias entre executivos e acionistas, e é neste contexto instável, com ocorrência de grandes escândalos em organizações, que o modelo de gestão da Governança Corporativa ganha credibilidade, uma vez que este tem como objetivo conciliar os interesses entre as partes. “As questões de governança corporativa ganharam maior relevância a partir do surgimento das modernas corporações, nas quais há separação entre controle e gestão”.<sup>2</sup>

Em conformidade com Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC):

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.<sup>3</sup>

A comissão de valores mobiliários (CVM), por sua vez, define Governança Corporativa como um modelo de gestão, que utiliza diversas práticas administrativas como ferramentas

---

<sup>2</sup> SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. **Governança corporativa:** padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. Revista do BNDES. Rio de Janeiro. V.5, n.9, p. 123-46, junho de 1998. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf). Acesso em 16/11/2015. Acesso em: 21/08/2015.

<sup>3</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

cuja finalidade é proteger os interesses de Investidores, funcionários, credores, de forma que o acesso ao capital seja transparente e facilitado.<sup>4</sup>

Para Paxon e Wood, Governança Corporativa, envolve não somente as práticas administrativas, mais bem como as regras e procedimentos descritos no contrato de uma empresa acordado com, associados, colaboradores, devedores, prestadoras de serviços ou fornecedores e autoridades competentes.<sup>5</sup>

A Governança Corporativa na visão dos autores Shleifer e Vishny, é um método que os fornecedores de financiamento, utilizam para garantir o retorno dos seus próprios investimentos, controlar se não esta acontecendo desvios por parte dos administradores, se a devolução do lucro esta correta e até mesmo se os investimentos feitos, são em projetos sólidos e com probabilidade de boa rentabilidade.<sup>6</sup>

Segundo a Organization for Economic Co-operation and Development Governança Corporativa, é o relacionamento transparente entre os administradores da organização e as partes interessadas, bem como a estruturação dos objetivos da organização, as metas lançadas para que tais objetivos sejam alcançados, e a mensuração dos resultados.<sup>7</sup>

Sobrinho et al, descrevem que:

“Governança Corporativa trata do governo estratégico da empresa, da articulação e da distribuição do poder entre as partes com direitos de propriedade e os responsáveis pela gestão. Não se limita a questões de verificação de procedimentos contábeis, a auditoria ou a remuneração de gestores, mas aborda o efetivo exercício da propriedade.<sup>8</sup>

Assim Malacrida e Yamamoto dizem que a Governança Corporativa criou eficientes métodos de controle e monitoramento das operações ocorridas na organização não só por parte dos gerentes internos, más também pelos acionistas externos, permitindo assim, encontrar e resolver possíveis conflitos de agência que vierem ocorrer nos negócios da organização.<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Disponível em: <http://www.institutoatkwjh.org.br/compendio/?q=node/37>. Acesso em: 10/10/2015.

<sup>5</sup> PAXON, Dean; WOOD, Dean (Org.). **Dicionário enciclopédico de finanças**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

<sup>6</sup> SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. **A survey of corporate governance**. *Journal of Finance*. Vol. 52, p. 737-783, June 1997.

<sup>7</sup> ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION DEVELOPMENT - OECD. **OECD principles of corporate governance**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 14/10/2015.

<sup>8</sup> SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo; Et AL. **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. 1. Ed. Brasília: BCB, 2009.

<sup>9</sup> MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo, **GOVERNANÇA CORPORATIVA: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A VOLATILIDADE DAS AÇÕES DO IBOVESPA**. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/artigo%20e%20bovespa.pdf>, acesso em: 15/10/2015.

## **2.2 Princípios básicos da governança corporativa**

A governança corporativa proporciona condições para que líderes empreendedores exerçam a coordenação e a condução das organizações, possibilitando um aprimoramento dos negócios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as bases da boa governança variam de acordo com o ambiente corporativo que pode ser regulatório e social, em que as organizações estão inseridas<sup>10</sup>.

Os Quatro pilares fundamentais da governança corporativa são transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e por último responsabilidade corporativa, como poderá ser visto a seguir.

### **2.2.1 Transparência**

Disponibilização de forma clara e precisa todas as informações impostas ou não por lei para as partes interessadas, de forma a assegurar confiabilidade dos mesmos. As informações não podem ser restritas ao desenvolvimento financeiro mais também abranger outros fatores a fim de nortear a tomada de decisão e atribuição de valores.<sup>11</sup>

### **2.2.2 Equidade**

Caracteriza-se pelo tratamento igualitário para com as partes interessadas, sejam eles colaboradores, fornecedores ou clientes. Condena-se qualquer tipo de ação ou política injusta e atitudes discriminatórias.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

<sup>11</sup> Idem 10

<sup>12</sup> Idem 10

### 2.2.3 Prestação de Contas (accountability)

A organização deve prestar contas de seu trabalho, não só em relação aos recursos financeiros que administra, mas também em relação ao papel que exerce junto aos stakeholders. Os gestores devem assumir as consequências cabíveis.<sup>13</sup>

### 2.2.4 Responsabilidade Corporativa

Os gestores são responsáveis de cuidar da estabilidade da organização, visar sua longevidade, considerando o punho social e ambiental mediante as operações realizadas.<sup>14</sup>

## 2.3 Estrutura da governança corporativa

A partir do momento em que a organização utiliza da Governança Corporativa, devem ser executadas algumas práticas sendo elas assim definidas:

As boas práticas de governança corporativa servem para possibilitar aos investidores o acompanhamento e a correta avaliação da companhia em que pretendem investir, mediante transparência das informações e prestação de contas.<sup>15</sup>

Poderá ser visto na figura a seguir a estrutura organizacional da governança corporativa.

---

<sup>13</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

<sup>14</sup> Idem 13

<sup>15</sup> JACQUES, Flávia Verônica Silva; Et al. **Contabilidade e a sua relevância nas boas práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5386/21190-71089-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/10/2015.

**Figura 2.1:** Estrutura da governança corporativa



Fonte: Andrade e Rossetti.<sup>16</sup>

Como pode ser visto no quadro acima o ambiente em que se define a estrutura de poder, os processos e as práticas de governança corporativa subdivide-se em pelo menos três blocos interligados.

Entende-se por proprietário cada sócio da organização, na proporção de sua participação no capital social<sup>17</sup>.

Por sua vez compete a Diretoria Executiva, responder pelos associados. Além de apresentar contas ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, e o principal componente do sistema de governança. Seu papel é ser o elo entre a propriedade e a gestão para orientar e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas.

Segundo o IBGC:

O Conselho de Administração, órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, é o principal

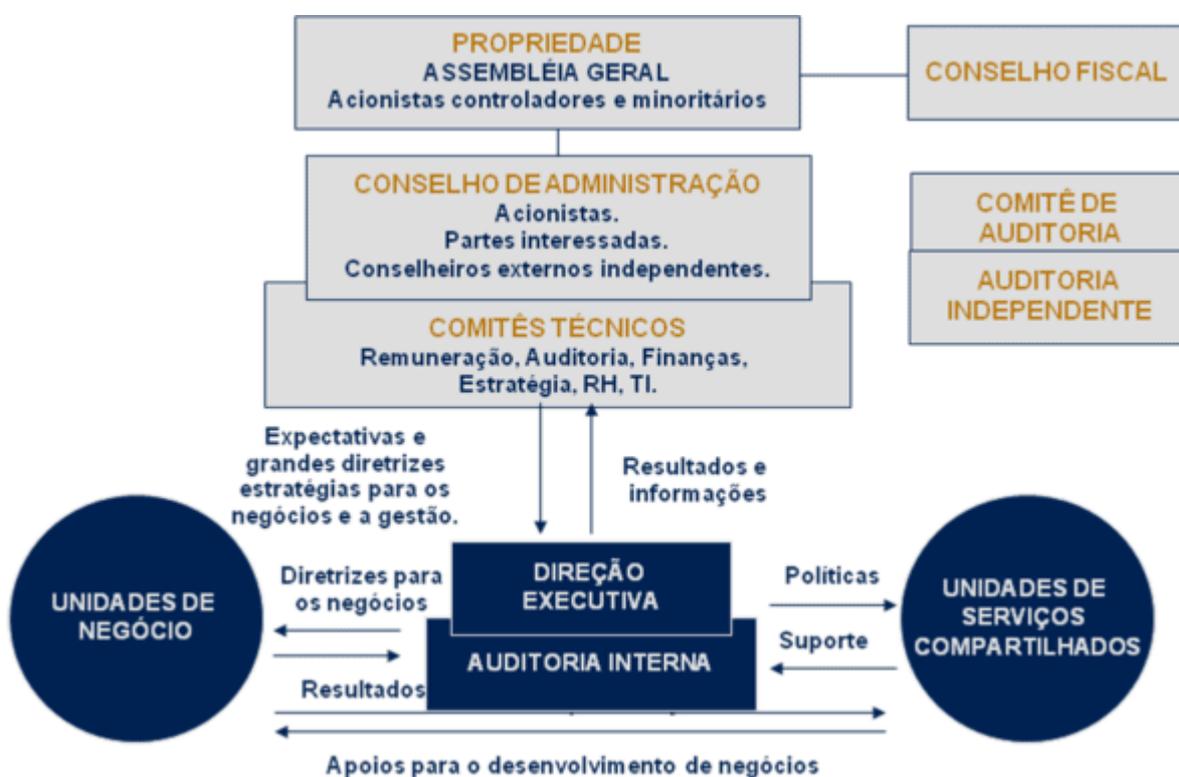
<sup>16</sup> ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<sup>17</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

componente do sistema de governança. Seu papel é ser o elo entre a propriedade e a gestão para orientar e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas. O Conselho recebe poderes dos sócios e presta contas a eles.<sup>18</sup>

Do ponto de vista organizacional, a estrutura de suporte da alta administração é constituída pela assembleia geral dos acionistas, à qual está vinculado o conselho fiscal; Pelo Conselho de Administração, pelos seus comitês técnicos e pela Auditoria Independente; pela diretoria executiva, à qual reportam-se as unidades de negócios e as de serviços corporativos compartilhados, entre os quais a Auditoria Interna. Como poderá ser visto na figura a seguir.<sup>19</sup>

**Figura 2.2:** Estrutura de suporte da alta administração



Fonte: Andrade e Rossetti.<sup>20</sup>

O Conselho Fiscal garante o direito dos proprietários de fiscalizar a gestão de negócios, opinar sobre relatórios de resultados e sobre propostas da administração à Assembleia Geral. “Turbinado”, ele pode preencher as funções exigidas do Comitê de

<sup>18</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

<sup>19</sup> ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<sup>20</sup> Idem 14.

Auditoria, um importante órgão obrigatório nas companhias abertas dos Estados Unidos e das que, embora com sede no exterior, têm valores mobiliários negociados no mercado daquele país.<sup>21</sup>

A Auditoria Interna exerce o papel bem conhecido, relacionado à organização do ambiente interno de controle. Mas suas atribuições têm evoluído de um enfoque tradicional para o foco em riscos. A nova abordagem desse órgão auxiliar de governança exige uma postura ,mais comprometida coma produtividade organizacional. Antigas funções desse órgão têm sido deslocadas para a Ouvidoria e para o Comitê de Ética.<sup>22</sup>

Contudo pode dizer que embora submetida a decisões emanadas da Assembleia Geral, **a Governança é de fato exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e pelos órgãos criados no âmbito destes dois pilares da Administração.**<sup>23</sup>

#### **2.4 Objetivos e importância da contabilidade e evidenciação na governança corporativa**

De acordo Malacrida e Yamamoto, a contabilidade tem como principal objetivo, fornecer informações financeiras e econômicas de relevância para cada tipo de usuário, de forma a auxiliar no processo da tomada de decisão, para que esta ocorra sempre com segurança.<sup>24</sup>

Para o International Accounting Standards Board, o objetivo da contabilidade é fornecer através das demonstrações contábeis, informações de caráter financeiro, ou seja, apresentar os resultados de uma entidade, as alterações financeiras ocorridas, para possibilitar a tomada de decisão a um grande número de usuários.<sup>25</sup>

Em Governança Corporativa, a importância da Contabilidade ganhou reconhecimento desde os primeiros estudos, pois é uma ciência utilizada para emissão de contratos e

---

<sup>21</sup> ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<sup>22</sup> IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

<sup>23</sup> Idem 22

<sup>24</sup> MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo, **GOVERNANÇA CORPORATIVA: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A VOLATILIDADE DAS AÇÕES DO IBOVESPA**. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/artigo%20e%20bovespa.pdf>, acesso em: 15/10/2015.

<sup>25</sup> IASB - **International Accounting Standards Board, Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade**. Disponível em: <https://www.portal-gestao.com/gestao/contabilidade/item/2718-o-%E2%80%9Cinternational-accounting-standards-board> . Acesso em: 15/11/2011.

principalmente para redução da assimetria informacional em uma organização, pois a mesma fornece relatórios e demonstrações que norteiam seus agentes de forma clara e precisa.<sup>26</sup>

De acordo com Hendriksen e Breda o Contador é “responsável por apresentar informações contábeis a fim de reduzir incertezas por parte dos administradores e proprietários ao se tratar dos riscos e oportunidades que a entidade oferece”.<sup>27</sup>

Bushman e Smith definem que a importância da Contabilidade na Governança Corporativa se dá através do uso dos relatórios contábeis, como mecanismo para atender investidores, mecanismos estes que podem ser de controle interno ou externo. Para eles, é importante o estudo de Governança Corporativa sobre a perspectiva contábil, pois a Contabilidade através dos seus instrumentos fornece informações que reduz o conflito de agência.<sup>28</sup>

Hendriksen e Breda também afirmam que a Contabilidade Gerencial está ligada ao modelo de gestão corporativo:

A contabilidade surge, dentro dessa visão teórica [teoria da agência] para contribuir com os mecanismos de governança, reduzindo o impacto dos conflitos de agência. Os mecanismos de controle gerencial, por exemplo, contribuem para que a empresa formada por pessoas com interesses diversos possa obter sucesso através da coordenação desses diversos interesses.<sup>29</sup>

Iudícibus e Lopes correlacionam às atribuições da Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial, conforme quadro abaixo:

---

<sup>26</sup> LOPES, Alexandro; LIMA, Iran Siqueira. **Perspectivas para a Pesquisa em Contabilidade**: o Impacto dos Derivativos. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.15, n. 26, p. 25 - 41, maio/agosto 2001.

<sup>27</sup> HENDRIKSEN Eldon; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

<sup>28</sup> BUSHMAN, Robert.; SMITH, Abbie. **Financial accounting information and corporate governance**. The Journal of Accounting and Economics. n. 32., 237-333.

<sup>29</sup> Idem 21

**Quadro 2.1:** O papel da Contabilidade para a governança corporativa

CONTABILIDADE FINANCEIRA	CONTABILIDADE GERENCIAL
Mensurar as contribuições dos agentes;	Responder ao comprometimento dos acionistas;
Mensurar os direitos sobre o resultado;	Salvaguardar o interesse residual do acionista;
Informar a adimplência contratual;	Regular a transferência de direitos para títulos em mercados financeiros; e
Distribuir informação para gerar liquidez;e	Suportar a escolha de administradores e auditores
Informar para diminuir custos de negociação dos contratos.	

**Fonte:** Adaptado de Iudícibus e Lopes.<sup>30</sup>

Por tanto a contabilidade financeira nas organizações envolve a gestão dos recursos, especialmente no que se diz respeito à sua captação e aplicação, que pode se dar no curto ou no longo prazo. Essas decisões são tomadas no sentido de maximizar o valor da empresa no mercado, ou seja, a riqueza do proprietário

---

<sup>30</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio. LOPES, Alessandro B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

### 3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Pagnaussat define o cooperativismo “como uma maneira pela qual a sociedade se organiza, por meio de ajuda mútua, para resolver diversos problemas comuns relacionados ao dia a dia. Unindo esforços em um empreendimento coletivo, as pessoas realizam ações e obtêm resultados dificilmente alcançáveis individualmente”.<sup>31</sup>

De acordo com o Banco Central do Brasil cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados. O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros (aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.).<sup>32</sup>

Tão distinta é a Cooperativa de Crédito que às suas operações e serviços não se aplicam os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor. Os negócios jurídicos internos das sociedades cooperativas, chamados de atos cooperativos, decorrem da condição de proprietário e usuário que ostenta o cooperado. Seria ineficaz se o cooperado reclamar dele próprio, uma vez que aderiu ao estatuto social da sociedade, o qual estabelece os direitos e responsabilidades dos sócios pelos negócios da cooperativa.<sup>33</sup>

As cooperativas não têm fins lucrativos e trabalham em prol aos interesses dos seus associados, com isso, podem cobrar taxas e juros menores, além do que, as sobras excedentes do resultado são distribuídas entre todos os associados. No caso dos bancos, eles públicos ou privados, objetivam o lucro. Contudo, as taxas, os juros e a burocratização são maiores. Não esquecendo de que o lucro não é dividido entre os correntistas. Além disso, os autores Ricciardi e Lemos conceituam o cooperativismo como uma forma de melhorar a situação econômica e de qualidade de vida de seus membros.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Credito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

<sup>32</sup> SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

<sup>33</sup> Idem 26

<sup>34</sup> RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

O Cooperativismo possui também legislação própria, a Lei 5.764/71 e a Lei Complementar 130/2009. De acordo com o disposto na Lei nº 5.764/1971 as cooperativas de crédito no Brasil são classificadas da seguinte maneira:

Singulares (1º Grau): Aquelas formadas, por no mínimo 20 associados pessoa física ou jurídica, caracterizam-se pela prestação de serviços aos associados;  
Centrais ou Federação (2º Grau): Constituídas por, no mínimo três cooperativas singulares. Objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços;  
Confederações de Cooperativas (3º Grau): Mínimo de três centrais ou federações da mesma ou de diferentes modalidades. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.<sup>35</sup>

Pode-se dizer então que Cooperativas de Crédito são associações de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, uma melhor administração de seus recursos financeiros, sem fins lucrativos. No Brasil as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras (Lei nº 4.595) e seu funcionamento deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil.

### 3.1 Origem do Cooperativismo de crédito

As primeiras organizações cooperativistas surgiram entre os anos de 1820 e 1845 na França e Inglaterra. No princípio, estas organizações funcionavam como entidades beneficentes e sindicatos. No fim do ano de 1844, na cidade de Manchester na Inglaterra, 28 tecelões (27 homens e uma mulher) fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em inglês, Society of Equitable Pionners, uma cooperativa de consumo.<sup>36</sup>

Pagnussatt diz que esta sociedade foi formada com “o objetivo de comprar em comum os bens de consumo doméstico, comprar ou construir casas, iniciar a fabricação de artigos e adquirir ou arrendar campo”. Esse novo movimento, foi visto com deboche por parte dos comerciantes, no entanto foi tão grande o sucesso que outros grupos acabaram aderindo à

---

<sup>35</sup> BRASIL, Lei Complementar nº 5.764 de 16 de dezembro 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília: 1971.

<sup>36</sup> MEINEN, Ênio. Cooperativismo de crédito: raízes evolução e particularidades. In: MEINEN, E.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. Cooperativas de crédito no direito brasileiro. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

ideia. Nascia naquele momento um novo padrão econômico, dando início a um movimento cooperativista.<sup>37</sup>

No entanto somente em 1847, surge no povoado de Weyerbusch/Westerwald, iniciativa por Friedrich Raiffeisen a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen.<sup>38</sup>

As cooperativas criadas por Raiffeisen eram tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje, esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha.<sup>39</sup>

As primeiras cooperativas de crédito urbanas foram criadas por um prussiano chamado Herman Schulze. Em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, à área de atuação não-restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a constituição, em 1865, na cidade de Milão, da primeira cooperativa cujo modelo herdaria seu nome, a cooperativa do tipo Luzzatti. Que tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.

Na América a primeira cooperativa foi criada pelo jornalista Alphonse Desjardins foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900. Esse tipo de cooperativa, que é conhecida hoje como cooperativa de crédito mútuo, tinha como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, entre outros.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

<sup>38</sup> PINHEIRO, Marco Antonio Henrique. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília: Dimep, 2008.

<sup>39</sup> MEINEN, Ênio. **Cooperativismo de crédito: raízes evolução e particularidades**. In: MEINEN, E.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

<sup>40</sup> PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

### 3.2 O surgimento do cooperativismo de crédito no Brasil

Através das companhias de colonização, agricultores, imigrantes europeus, desembarcavam no estado do Rio Grande do Sul com toda a disposição de trabalhar. Ao chegarem no Brasil se deparavam-se com uma ilusão do que esperavam. As terras ficavam em localidades de difícil acesso, muito longe dos grandes centros. Os terrenos para plantio eram íngremes ou em pequenos vales, o que dificultava as operações de plantio e colheita de seus produtos. Não terminando por aí, não havia incentivos de crédito para compra de insumos, muito menos para estruturação de novas técnicas e tecnologias para a agricultura.<sup>41</sup>

Sendo assim, quando se tornava indispensável à obtenção de recursos, estes agricultores geralmente procuravam empréstimos junto a financistas mais abastados da região. Devido aos juros exorbitantes, acabava por fazer com que muitas dívidas fossem acumuladas, levando honestos trabalhadores a perderem suas terras para honrar compromissos.<sup>42</sup>

Nesse contexto surge o Cooperativismo de crédito no Brasil com nome e lugar marcado, mais especificamente em 28 de dezembro de 1902. Iniciou com o Pe. Theodor Amstad que trouxe para o Rio Grande do Sul, uma ideia inovadora. Juntamente com seu trabalho social e missionário, o padre fundou a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, depois renomeada como Caixa Rural de Nova Petrópolis e, hoje denominada Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis Ltda.<sup>43</sup>

De acordo com Schardong:

O Cooperativismo de Crédito chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo Padre Theodor Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento. (...) foi em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, que o Padre precursor constituiu formalmente a primeira Cooperativa da espécie, em 28 de dezembro de 1902.<sup>44</sup>

Em 1925, foi constituída em Porto Alegre, a primeira cooperativa central unicamente de crédito do Brasil, se deu pela união de dezoito cooperativas, a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade

---

<sup>41</sup> SCHIMMELFENIG, Cristiano. **Cooperativismo de crédito**: uma tendência. Revista de administração e ciências contábeis IDEAU, Vol.5 n.10. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>42</sup> SCHIMMELFENIG, Cristiano. **Cooperativismo de crédito**: uma tendência. Revista de administração e ciências contábeis IDEAU, Vol.5 n.10. Rio de Janeiro, 2010

<sup>43</sup> PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

<sup>44</sup> SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

Limitada. Essa central, que reunia cooperativas de crédito singulares do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, deliberou em assembleia geral de 19 de agosto de 1967 sua transformação em cooperativa singular: a Cooperativa de Crédito Sul Riograndense Ltda., cooperativa do tipo Luzzatti, ainda em funcionamento. Na data da assembleia que deliberou a transformação, a central possuía 55 filiadas.<sup>45</sup>

Santos afirma em sua obra que impulsionada pela obstinação do seu precursor, a ideia do Cooperativismo de Crédito se materializou em mais de 60 instituições espalhadas pelo Rio Grande do Sul. Constituídas sob a denominação de Caixas União Popular Raiffeisen, essas organizações tornaram-se representativas no financiamento das atividades das comunidades interioranas colonizadas por imigrantes europeus, especialmente na década de cinquenta. Entre 1902 e 1964, ainda surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul.<sup>46</sup>

Desde a implantação o cooperativismo de crédito no Brasil, teve altos e baixos. Em 1986, algumas cooperativas, com muito trabalho e empenho, trouxeram elementos de modernidade aos novos tempos do sistema, ocorrendo à chamada “nova era”.

Somente em 1992, com a transformação da COCECRER-RS em Sicredi que ocorreu a maior revolução do cooperativismo de crédito no Brasil. Estudos da época apontavam a necessidade de implantação de modelos sistêmicos europeus, e para o fortalecimento do cooperativismo de crédito ocorreram às mudanças necessárias, surgindo assim todos os elementos necessários para desenvolvimento contínuo e acelerado do cooperativismo de crédito brasileiro.<sup>47</sup>

### **3.3 As Principais diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco**

Quando o assunto é dinheiro a primeira instituição que logo vem à cabeça talvez seja um banco. Saque no caixa eletrônico, cartão de débito ou crédito de sua conta corrente, enfim. No Brasil ainda são poucos aqueles que têm algum envolvimento com Cooperativas de

---

<sup>45</sup> PINHEIRO, Marco Antonio Henrique. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília: Dimep, 2008.

<sup>46</sup> SANTOS, João Carlos de Los. **Os 25 anos da retomada do Cooperativismo de Crédito Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

<sup>47</sup> PINHEIRO, Marco Antonio Henrique. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília: Dimep, 2008.

Crédito, afinal, no país essas instituições representam apenas 3 % de todo o mercado financeiro. Não obstante, muitos brasileiros principalmente da região sul e sudeste já perceberam as inúmeras vantagens que essas organizações oferecem.<sup>48</sup>

As cooperativas de crédito apesar de serem consideradas instituições financeiras, atuam de forma diferenciada, pois é uma sociedade de pessoas, com natureza jurídica própria. Enquanto os Bancos são sociedades anônimas, a cooperativa de crédito é uma sociedade limitada, não sujeita a falência, e sem fins lucrativos.

Poderá ser visto no quadro abaixo as principais diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco

**Quadro 3.1:** As Principais diferenças entre uma cooperativa de crédito e um banco

COOPERATIVA	BANCO
Sociedade simples, de pessoas, sem fins lucrativos.	Sociedade empresária, de capital, prioriza o lucro para os acionistas
Número ilimitado de associados	Número ilimitado de ações
Cada associado (pessoa) possui um voto	Voto proporcional às ações ordinárias
As cotas são inacessíveis a estranhos à cooperativa, ainda que por herança	As ações são livres negociadas e/ ou transferidas.
Os resultados financeiros oriundos de atos cooperativos são isentos de tributos	Os resultados positivos são altamente tributados
As sobras (resultado positivo entre os ingressos e dispêndios) são devolvidas aos associados, proporcionalmente as suas operações com a cooperativa no exercício.	O Lucro líquido fica a disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do Banco
Desenvolve-se pela colaboração	Avança pela competição

FONTE: PAGNUSSAT, Alcenor.<sup>49</sup>

Verifica-se então que as principais diferenças entre cooperativa de crédito e banco são nos bancos você é mais um cliente e não possui nenhum tipo de participação na condução do negócio, e geralmente só é informado das mudanças depois que elas acontecem você não sabe em que região o seu dinheiro é investido, enquanto em uma cooperativa seus recursos são reinvestidos no lugar onde vivem os associados, fortalecendo a economia da região.

Nas cooperativas as decisões na prática partem dos acionistas majoritários (famílias, grupos, fundos etc.). Os lucros são distribuídos aos acionistas e não aos clientes. Já nas

<sup>48</sup> STEFFEN, Emanuel Gutierrez; **Cooperativas de crédito x Bancos S/A**. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/cooperativas-de-credito-x-bancos-s-a>. Acessado: 15/09/2015.

<sup>49</sup> PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

Cooperativas você tem voz nas assembleias que decidem o rumo dos negócios. Um associado um voto. Reuniões acontecem religiosamente para apresentação dos resultados aos associados, as sobras ou os resultados positivos que as cooperativas apresentam são distribuídos aos associados proporcionalmente a sua movimentação.<sup>50</sup>

Pode-se dizer então que o cooperativismo se traduz na mais pura organização democrática voltada para solução de problemas comuns. De forma voluntária e livre os interessados aderem aos ideais e objetivos de cooperativa, qual seja o de atender as necessidades dos que a constitui, beneficiando estruturalmente a sociedade em aspectos socioeconômicos, culturais e conjunturais.

### **3.4 Governança corporativa em cooperativa de crédito**

Ao contrario do que ocorre nas grandes empresas privadas, as cooperativas são administradas por seus associados, que são os “donos do negócio”. Cada associado tem direito a um voto, independentemente do valor do seu capital, outra característica é o fato de que as cooperativas não objetivam o lucro. As metas devem ser a longo prazo, uma vez que o propósito principal é o de atender aos seus associados<sup>51</sup>.

O fato de que são os próprios sócios que administram as cooperativas, afastam os conflitos entre proprietários e gestores, por outro lado nem todos os sócios possuem os mesmos objetivos e interesses, o que retornará o inevitável conflito de interesses. Assim, a delegação das decisões pelo conjunto dos cooperados a um grupo eleito de dirigentes faz emergir, com natureza diversa, os mesmos problemas da governança em instituições particulares.<sup>52</sup>

Devido à complexidade do Sistema Financeiro Nacional, no qual as cooperativas estão inseridas, uma gestão de qualidade para manter o equilíbrio entre o sistema de cooperativismo de crédito nos três níveis e os interesses diversos dos cooperados é necessária, já que o

---

<sup>50</sup> STEFFEN, Emanuel Gutierrez; **Cooperativas de crédito x Bancos S/A**. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/cooperativas-de-credito-x-bancos-s-a>. Acessado: 15/09/2015.

<sup>51</sup> SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo; Et AL. **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. 1. Ed. Brasília: BCB, 2009.

<sup>52</sup> VENTURA, Elvira C. F. et al. (Cord.). **Diretrizes e mecanismos para o funcionamento da governança em cooperativas de crédito do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

principal desafio dos gestores é o crescimento das cooperativas, bem como a proteção dos cooperados.<sup>53</sup>

Para manter a sobrevivência e longevidade das cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil elaborou o projeto de governança corporativa. Estas normas são definidas para garantir o conhecimento dos negócios da cooperativa, de modo que a participação dos cooperados garanta a perenidade da atividade.

A não diferenciação entre o órgão de decisão estratégica e o de execução é exemplo de governança em cooperativa no Brasil, a legislação vigente permite que as cooperativas brasileiras não estejam submetidas à separação obrigatória do seu Conselho de Administração de sua Diretoria Executiva. Por consequência os conselheiros que não ocupam cargos de executivos podem ter dificuldades de acompanhar as propostas dos demais, sendo que os executivos têm mais acesso as informações e mais conhecimento das práticas das operações da cooperativa.<sup>54</sup>

Nesse sentido, a estrutura de propriedade, de representação e de decisão, as condições e crescimento financeiro, as praticas e modelos de competição no mercado e, certamente, a natureza dos objetivos das cooperativas de credito tornam necessário compreender suas particularidades antes de impor sistema de governança adequado.

---

<sup>53</sup> VENTURA, Elvira C. F. et al. (Cord.). **Diretrizes e mecanismos para o funcionamento da governança em cooperativas de crédito do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

<sup>54</sup> SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo; Et AL. **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. 1. Ed. Brasília: BCB, 2009.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente monografia visa realizar uma análise na importância das Informações Contábeis para o bom desempenho da Governança Corporativa da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga

### 4.1 Metodologia

Para a realização deste trabalho utilizou de técnicas e métodos científicos na obtenção de resultados relevantes ao assunto abordado, portanto, em relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva.

Buscou fornecer os instrumentos necessários para a realização de uma pesquisa qualitativa fazendo uso de um estudo de caso em uma cooperativa de crédito da cidade de Caratinga. A coleta de dados foi feita por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com um funcionário da cooperativa ligado ao setor contábil.

Pesquisa exploratória, de acordo com Raupp e Beuren é:

Quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. Apresenta-se como o primeiro passo no campo científico, a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisas sobre o mesmo tema.<sup>55</sup>

Pesquisa descritiva, ainda segundo Raupp e Beuren:

[...] configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira, nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia de pesquisa aplicável as ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (ORG.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**: Atlas, 2003.

<sup>56</sup> Idem 45

De acordo com Gil o estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.<sup>57</sup>

Quanto à técnica de levantamento de dados, valeu-se da pesquisa bibliográfica. Gil explica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.<sup>58</sup> Entretanto, além dos materiais já citados, foram utilizados, na busca da base teórica, teses, monografias, revistas, dissertações e outros documentos e também aplicado um questionário ao gestor da cooperativa para análise dos dados.

A trajetória metodológica consiste em fundamentação teórica, estudo de caso e uma análise dos resultados obtidos e também sugestões para futuros trabalhos.

#### **4.2 Histórico e evolução da CCLA da Região de Caratinga LTDA**

No dia 2 de julho de 1983 na cidade de Caratinga, estado de Minas Gerais, no Salão de Festa do Hotel Caratinga Ltda. alguns produtores de café da cidade se reuniram com o propósito de fundar uma Cooperativa de Crédito Rural, nos termos da legislação vigente.

O Sr. Coordenador José Pereira Pessoa, explicou aos produtores rurais os objetivos da reunião e justificou a importância do Cooperativismo de Crédito Rural. Foi elaborada uma eleição das chapas para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Diretor Presidente eleito na ocasião declarou então constituída a Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais da Região de Caratinga Ltda., que usara a sigla de CREDCOOPER. Durante o primeiro período de gestão, todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal abriram mão de qualquer tipo de salário ou remuneração por serviços prestados.

A CREDCOOPER foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no ano de 1984. Seu objetivo principal era fornecer o apoio creditício aos associados da COPERCANA, Liquidada em 1986. Com a liquidação da COPERCANA, a CREDCOOPER ficou inativa até o ano de 1992, mais precisamente, no mês de fevereiro, quando por iniciativa da

---

<sup>57</sup> GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

<sup>58</sup> Idem 55

COPERCAFE foi reativada com o objetivo de estabelecer uma nova opção aos cafeicultores de obter o Crédito Rural, só que desta vez, com seus próprios recursos.

Em 18/12/2001 a Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais da Região de Caratinga Ltda. se associou ao Sicoob Central Crediminas, alterando sua sigla para SICOOB CREDCOOPER.

O processo de conversão a Livre Admissão deu-se em razão da necessidade percebida de expansão de suas atividades. Em 01/06/2008 o SICOOB CREDCOOPER obteve livre admissão, alterando a razão social para Cooperativa de Crédito da Região de Caratinga Ltda.- Sicoob Credcooper, sendo uma cooperativa de crédito sem segmentação do seu quadro social, podendo ter como associado pessoas de qualquer segmento socioeconômico: indústria, comércio, profissionais liberais, aposentados, donas de casa e até estudantes.

O SICOOB CREDCOOPER vem ampliando o seu apoio para diversos eventos, firmando convênios, buscando parcerias e criando projetos. Traduzindo em ações uma nova forma de pensar e agir, em que seja possível conciliar crescimento e desenvolvimento econômico, social e humano, transformando e ampliando a qualidade de vida das pessoas.

#### **4.3 Campo de atuação da CCLA da Região de Caratinga – Sicoob Credcooper**

Atualmente, a cooperativa conta com 10 agências, distribuídas em 9 cidades, sendo elas Caratinga, Inhapim, Piedade de Caratinga, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta, Ubaporanga e Vargem Alegre. Muitas das quais não possuem sequer outra instituição financeira, o que maximiza as oportunidades potenciais nesses mercados.

#### 4.4 Estrutura Organizacional e mapeamento hierárquico

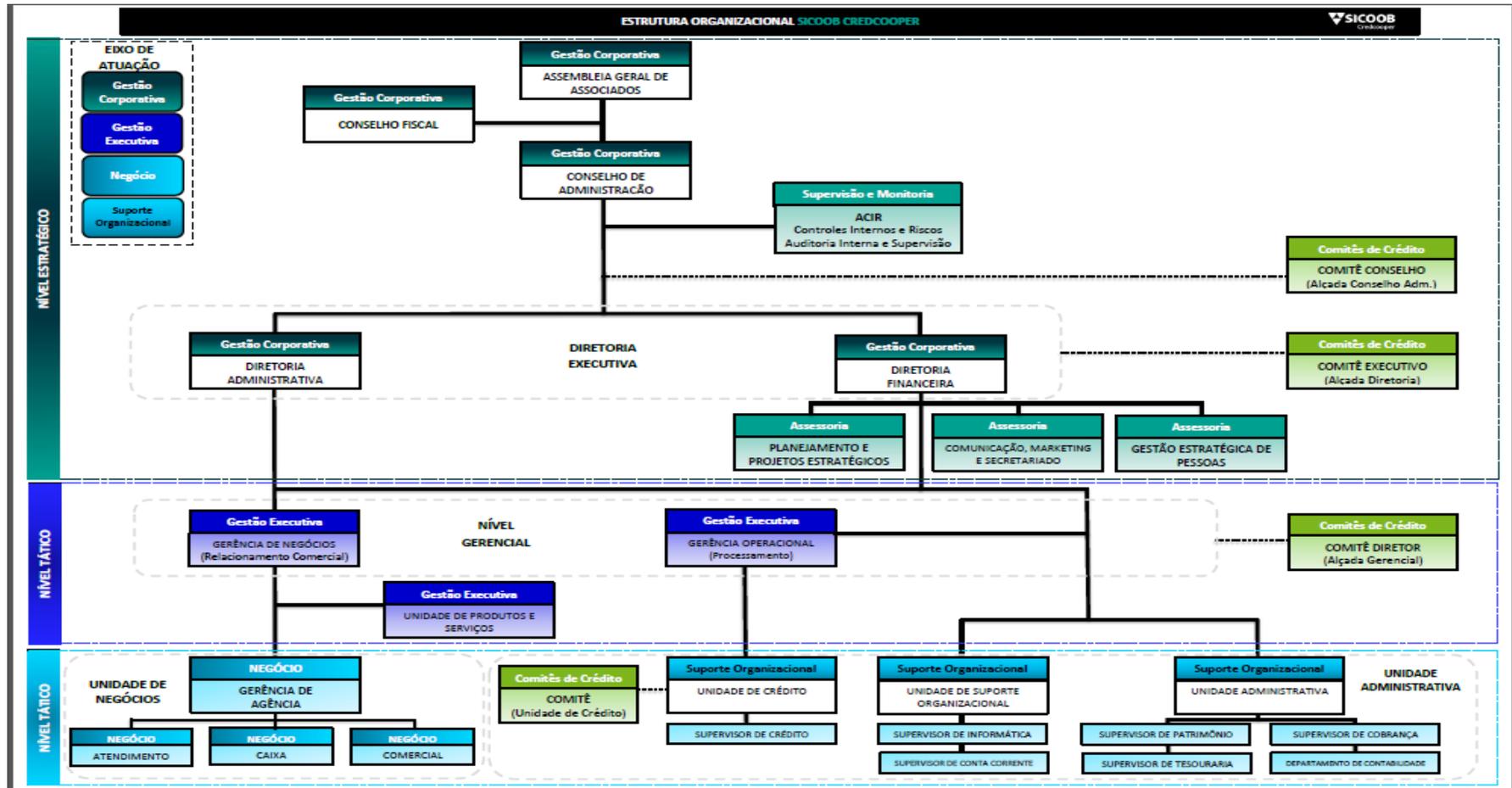
**Quadro 4.1:** Estrutura Organizacional e mapeamento hierárquico

Centro de responsabilidade	Responsável	A quem responde	Sobre o que responde	Metas e objetivos	Instrumentos de controle
Assembleia Geral	Associados	Aos associados através de dados informados pela Diretoria junto ao Conselho Fiscal.	As informações passadas pela Diretoria executiva, Assembleia Geral.	Melhorar os resultados da Cooperativa, demonstrando ser ela de referencia no mercado.	Balço, demonstração de resultado, bem como relatórios financeiros.
Conselho Administrativo	Presidente	Aos associados e conselho fiscal, por meio da Assembleia Geral.	Informações de todas as operações, bem como, novos campos de atuação.	Expandir a potencialidade da cooperativa mediante o mercado.	Sistema padrão de cooperativas da rede Sicoob, demonstrações contábeis, acompanhamento das operações de credito, por meio de relatórios.
Conselho fiscal	Três membros efetivos e três membros suplentes.	Aos associados e a Assembleia Geral.	Conferencia de demonstrações contábeis, e monitoração de tesouraria.	Acompanhar as divergências registradas pelos associados.	Informações contábeis, planilhas, politica da cooperativa, bem como relatórios fornecidos pelo sistema.
Financeiro e administrativo	Diretor financeiro	Diretoria e Conselho Fiscal.	Verificar as operações de credito, se estão dentro das normalidades como exemplos pagamentos, além de eficiência no repasse das informações dos fatos ocorridos.	Busca da excelência, nos resultados, como trabalhar a queda da inadimplência.	Sistema padrão de cooperativas de credito, da rede Sicoob.
Contabilidade	Contador habilitado da Cooperativa, em conjunto com sistema contábil da Central Crediminas.	Diretoria executiva, conselho fiscal, associados (assembleia).	Sobre balanço contábil, e cada membro da Assembleia.	Proceder as normas presentes na legislação, além de apresentar informações da respectiva área para a Assembleia.	Sistema padrão para as Cooperativas de Crédito da rede Sicoob, este que, por sua vez fornece relatórios, para os devidos procedimentos.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

## 4.4.1 Organograma da Cooperativa

Figura 4.2: Organograma da Cooperativa



Fonte: Cooperativa de Credito de Livre Admissão da Região de Caratinga

#### **4.5 Instrumentos contábeis utilizados no processo gerencial**

Foi realizado um questionário com um dos funcionários responsável pelo controle interno da cooperativa e que por muito tempo foi o responsável pelo setor de contabilidade, o que o torna um profissional habilitado e capacitado para relatar as informações fidedignas.

A rotina do contador na cooperativa se dá da seguinte forma, são realizados os Registros de todos os fatos e atos contábeis, realizadas as Conciliação das Contas: Bancárias, Correntes, Carteira de Crédito, etc, são feitos Registros de Documentos na Junta comercial do estado de Minas gerais, o contador é o responsável pela elaboração das guias de Recolhimento de Tributos e Encargos Sociais, Fechamento Mensal do Balancete; Contabilização da Folha de Pagamento; Conferência e conciliações dos Saldos das Operações de Crédito e Aplicações Financeiras; Declarações Tributárias; Transmissão de Arquivos ao Bacen; Informações sobre Entidades de Interesse do BACEN – Sistema; Registro e Controle de Bens Patrimoniais; Recolhimento de Tributos e Encargos Sociais; Confecção de relatórios Financeiros e Gerenciais; Encerramento do Exercício Semestral; Demonstrações Contábeis e Financeiras do Resultado do Exercício (semestral e anual); Controle do Fluxo de Caixa.

Ocorre apenas o fechamento dos balancetes e balanços e a confecção de relatórios como Balancete, Balanço, Demonstrações de Resultados, Livro Razão Livro Diário, Composição de saldos, Relatórios Gerenciais e Relatórios financeiros pelo setor contábil na cooperativa, o restante dos fechamentos são realizados pelo Sicoob Central Crediminas.

A contabilidade faz uso de programas, para auxiliá-la na execução das rotinas na cooperativa, sendo usado o Bacen – Transmissões de Arquivos, BC Correio, Sistema da receita federal – Transmissão de Arquivos, Sistema de Gerenciamento da Central – SGC, INTEGRADOR – Relatórios Financeiros, SIGNET-WEB Relatórios Gerenciais, RUBI – Folha de pagamento, HONDA – Ponto Eletrônico, AFIX WEB – Controle Patrimonial, Excel – Planilhas de controle e conciliações e o SisBR.

Ao observar as ferramentas utilizadas para realização da contabilidade na cooperativa, observou que a Cooperativa possui um setor de contabilidade, o qual está devidamente equipado com todos os recursos tecnológicos, sistemas e pessoas capacitadas para que toda a contabilidade seja efetuada em tempo hábil e de forma eficaz.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que as empresas sejam bem sucedidas, sendo elas cooperativas de crédito, micro, pequenas ou grande empresa é necessário que tenham uma gestão financeira eficiente, para que assim melhore os resultados apresentados pela empresa e aumente o valor do patrimônio por meio da geração do lucro líquido proveniente das atividades operacionais. Uma gestão correta permite que se visualize a atual situação da empresa assim permitem análises e colaboram com o planejamento para otimizar resultados.

A respeito da questão problema deste trabalho: “As informações contábeis são relevantes para a Governança Corporativa de uma cooperativa de credito?” Conclui-se uma vez que as cooperativas não visam o lucro e suas metas devem ser a longo prazo, e que o propósito principal é o de atender aos seus associados, são necessários um profundo conhecimentos dos relatórios contábeis para que as decisões gerenciais sejam tomadas a fim de gerar uma alavancagem financeira, garantir sua competição no mercado e, certamente, atingir os objetivos das cooperativas de credito.

A presente monografia teve como objetivo “identificar a utilização das Informações Contábeis para o bom desempenho da Governança Corporativa da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Caratinga”. Foi realizado um levantamento para a verificação do organograma da instituição onde foi possível identificar a estrutura exigida na governança corporativa, sendo possível identificar a diretoria executiva, conselho de administração, auditoria interna e conselho fiscal.

Foi possível identificar a relevância da contabilidade na Governança Corporativa na CCLA da Região de Caratinga, uma vez que esse profissional é o responsável por proceder às normas presentes na legislação referente às prestações de contas de Cooperativas de Credito.

Baseando na necessidade que o administrador da cooperativa tem de ser confiante e transparente, com uma visão administrativa e gerencial que conduza a gestão na realização das negociações, além de apresentar informações da respectiva área para a Assembleia, o que fará com que as tomadas de decisões sejam realizadas com base em dados claros e verídicos.

Com o objetivo de dar continuidade a novos estudos, sugere-se que execute uma entrevista semiestruturada exclusivamente com os gestores da empresa para verificar o seu ponto de vista a respeito do assunto, visto que o que foi obtido foram informações advindas da visão de um único setor; realizar estudo comparativo em outras instituições; realização de um

estudo em outros setores relacionados a governança corporativa dentro da cooperativa de credito a fim de identificar sua atuação dentro da mesma.

A presente pesquisa fica à disposição para futuras complementações, sugestões e realizações de trabalhos, nesta ou em outras instituições.

## REFERENCIAL TEORICO

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL, **Lei Complementar nº 5.764 de 16 de dezembro 1971**. Define a **Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas**, e dá outras providências. Brasília: 1971.

BUSHMAN, Robert.; SMITH, Abbie. **Financial accounting information and corporate governance**. The Journal of Accounting and Economics. n. 32., 237-333.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Disponível em: <http://www.institutoatkwqh.org.br/compendio/?q=node/37>. Acesso em: 10/10/2015.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas aplicadas**. 1. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 19. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Ernst & Young; Fipecafi. **Manual de normas internacionais de contabilidade; IFRS versus normas brasileiras**. 2. Ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

HENDRIKSEN Eldon; VAN BREDÁ, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB - **International Accounting Standards Board, Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade**. Disponível em: <https://www.portal-gestao.com/gestao/contabilidade/item/2718-o-%E2%80%9Cinternational-accounting-standards-board> . Acesso em: 15/11/2011.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4.Ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio. LOPES, Alexsandro B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JACQUES, Flávia Verônica Silva; Et al. **Contabilidade e a sua relevância nas boas práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5386/21190-71089-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15/10/2015.

LOPES, Alexandro; LIMA, Iran Siqueira. **Perspectivas para a Pesquisa em Contabilidade: o Impacto dos Derivativos**. Revista Contabilidade & Finanças FIECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIECAFI, v.15, n. 26, p. 25 - 41, maio/agosto 2001.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo, **GOVERNANÇA CORPORATIVA: NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A VOLATILIDADE DAS AÇÕES DO IBOVESPA**. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/artigo%20e%20bovespa.pdf>, acesso em: 15/10/2015.

MEINEN, Ênio. **Cooperativismo de crédito: raízes evolução e particularidades**. In: MEINEN, E.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. Cooperativas de crédito no direito brasileiro. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION DEVELOPMENT - OECD. **OECD principles of corporate governance**. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 14/10/2015.

PAXON, Dean; WOOD, Dean (Org.). **Dicionário enciclopédico de finanças**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Antonio N.; VILASCHI, Augusto. **Governança Corporativa e Contabilidade: Explorando Noções e Conexões**. Disponível em <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/explorando%20no%C3%A7oes%20e%20conexoes.pdf>, acesso em: 15/10/2015.

PAGNUSSAT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Credito**. Porto Alegre, Ed. Sangra Luzzato, 2004.

PINHEIRO, Marco Antonio Henrique. **Cooperativas de credito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília: Dimep, 2008.

PINTO, Anna Gabriella Caetano; Et AL. **Governança corporativa e as normas internacionais de contabilidade**. Disponível em: [http://www2.crcpr.org.br/uploads/arquivo/2014\\_07\\_22\\_53ceb2a406bd6.pdf](http://www2.crcpr.org.br/uploads/arquivo/2014_07_22_53ceb2a406bd6.pdf). Acesso em: 05/11/2015.

RAUPP, Fabiano Maury ; BEUREN, Ilse Maria;. **Metodologia de pesquisa aplicável as ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (ORG.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**: Atlas, 2003.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

SANTOS, João Carlos de Los. **Os 25 anos da retomada do Cooperativismo de Crédito Brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHIMMELFENIG, Cristiano. **Cooperativismo de crédito**: uma tendência. Revista de administração e ciências contábeis IDEAU, Vol.5 n.10. Rio de Janeiro, 2010

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. **A survey of corporate governance**. **Journal of Finance**. Vol. 52, p. 737-783, June 1997.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. **Governança corporativa**: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. Revista do BNDES. Rio de Janeiro. V.5, n.9, p. 123-46, junho de 1998. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf). Acesso em 16/11/2015. Acesso em: 21/08/2015.

SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo; Et AL. **Governança Cooperativa**: Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. 1. Ed. Brasília: BCB, 2009.

STEFFEN, Emanuel Gutierrez; **Cooperativas de crédito x Bancos S/A**. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/cooperativas-de-credito-x-bancos-s-a>. Acessado: 15/09/2015.

VENTURA, Elvira C. F. et al. (Cord.). **Diretrizes e mecanismos para o funcionamento da governança em cooperativas de crédito do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

## **ANEXO I: Questionário aplicado**

- 1- Como é a rotina do contador na cooperativa?
- 2- A contabilidade é realizada totalmente na cooperativa?
- 3- Quais os tipos de relatórios são gerados pela contabilidade da cooperativa?
- 4- A contabilidade faz uso de algum programa, para auxilia-la na execução das rotinas na cooperativa ?
- 5- Quais ferramentas são utilizadas para realização da contabilidade na cooperativa?